

LEI DE CRIMES HEDIONDOS



ÍNDICE

1. LEI DE CRIMES HEDIONDOS – INTRODUÇÃO	4
2. ROL DE CRIMES HEDIONDOS	7
Crimes Hediondos Previstos e Equiparados	7
Equiparação com crimes hediondos.....	9
3. ANISTIA, GRAÇA, INDULTO, FIANÇA E LIBERDADE PROVISÓRIA.....	12
Observações Iniciais	12
Conceitos dos Institutos	12
4. PROGRESSÃO DE REGIME NOS CRIMES HEDIONDOS	16
Progressão de Regime nos Crimes Hediondos	16
5. DIREITO DE APELAR EM LIBERDADE, PRISÃO TEMPORÁRIA E ESTABELECIMENTOS PENAIS	19
Apelação em Liberdade	19
Prisão Temporária	19
6. LIVRAMENTO CONDICIONAL NOS CRIMES HEDIONDOS.....	22
Livramento Condicional	22
7. DELAÇÃO EFICAZ NO CRIME DE EXTORSÃO MEDIANTE SEQUESTRO	25
Delação Eficaz: Introdução.....	25
Delação Eficaz no crime de Organização Criminosa	25
Delação Eficaz no crime de Extorsão Mediante Sequestro	26
8. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA PARA A PRÁTICA DE CRIMES HEDIONDOS E EQUIPARADOS	29
Associação Criminosa nos Crimes Hediondos.....	29
9. CAUSAS DE AUMENTO DE PENA E PRAZOS PROCEDIMENTAIS.....	32
Causas de Aumento de Pena e Penas Restritivas de Direito.....	32
10. PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS EM CRIMES HEDIONDOS	35



1

INTRODUÇÃO

1. Introdução

A [Lei 8072/90](#) entrou em vigor durante a gestão do ex-presidente Fernando Collor em 1990. Chamada Lei dos Crimes Hediondos, foi uma resposta aos altos índices de violência que assolavam o país. A legislação foi editada com fundamento na Constituição de 1988, nos termos do artigo 5º, inciso XLIII:

Art. 5º, XLIII. "a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem"

Assim, a Lei dos Crimes Hediondos surgiu para regulamentar uma previsão constitucional já existente. Importante denotar que esse diploma legal não traz qualquer conceito do que seria hediondez, questão muito criticada por diversos doutrinadores brasileiros, como o Professor Guilherme Nucci. Segundo o autor, essa lei utiliza um critério puramente enumerativo para explicitar o que são os crimes hediondos, ou seja, põe um **rol taxativo** desses crimes, deixando margem nula de interpretação aos operadores do direito, ao invés de explicar quais as características que fazem um crime entrar para essa classificação e permitir que se use de discricionariedade para definir um delito como hediondo ou não.

Resumidamente, o crime hediondo não é aquele que se mostra no caso concreto como repugnante, sádico ou cruel (gravidade objetiva), mas sim aquele que é definido por lei como tal.

Em termos gerais e seguindo a linha exposta na constituição, crime hediondo seria aquele que causa **repulsa** ou **repugnância** severas perante a sociedade, sendo justificável um **maior rigor penal** diante de sua prática, inclusive tornando-o **insuscetível de fiança, graça ou anistia**. A legislação traz regras específicas de cunho penal e processual penal aplicáveis somente aos crimes considerados hediondos ou equiparados a estes (tortura, tráfico ilícito de drogas, etc.).

CF/88

Art. 5º

XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

Os doutrinadores acreditam que uma alternativa viável seria deixar a cargo dos juízes a possibilidade de considerar a hediondez dos crimes previstos na L. 8072/90 de acordo com o caso concreto. O objetivo dessa classificação taxativa, entretanto, é limitar o julgamento

subjetivo do juiz, que poderia considerar certos crimes hediondos seguindo seus próprios critérios, causando insegurança jurídica. Não obstante tal crítica doutrinária, o art. 1º traz o rol taxativo de crimes a serem considerados hediondos. Vejamos:

Art. 1º São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no [Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal](#), consumados ou tentados:

I - homicídio (art. 121), quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, e homicídio qualificado (art. 121, § 2º, incisos I, II, III, IV, V, VI e VII);

I-A - lesão corporal dolosa de natureza gravíssima (art. 129, § 2º) e lesão corporal seguida de morte (art. 129, § 3º), quando praticadas contra autoridade ou agente descrito nos [arts. 142 e 144 da Constituição Federal](#), integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição;

II - latrocínio (art. 157, § 3º, in fine);

III - extorsão qualificada pela morte (art. 158, § 2º);

IV - extorsão mediante sequestro e na forma qualificada (art. 159, caput, e §§ 1º, 2º e 3º);

V - estupro (art. 213, caput e §§ 1º e 2º);

VI - estupro de vulnerável (art. 217-A, caput e §§ 1º, 2º, 3º e 4º);

VII - epidemia com resultado morte (art. 267, § 1º).

VII-B - falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais (art. 273, caput e § 1º, § 1º-A e § 1º-B, com a redação dada pela [Lei nº 9.677, de 2 de julho de 1998](#)).

VIII - favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável (art. 218-B, caput, e §§ 1º e 2º).

Parágrafo único. Consideram-se também hediondos o crime de genocídio previsto nos [arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956](#), e o de posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, previsto no [art. 16 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003](#), todos tentados ou consumados

Destaca-se também o art. 2º da lei, que reforça a característica abordada pela constituição sobre esses crimes:

Art. 2º Os crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo são insuscetíveis de:

I - anistia, graça e indulto;

II - fiança.

A seguir, iremos estudar como funciona a aplicação da pena e a progressão de regime para esses crimes, assim como as regras sobre a liberdade provisória.

The background features a repeating pattern of white line-art icons within hexagonal shapes. The icons include a classical building facade, a person in a suit, a scale of justice, a handshake, a gavel, a shield, a person at a desk, and a group of people at a table. The large number '2' is centered in the middle of the page.

2

ROL DE CRIMES HEDIONDOS

OPS....

Você está sem permissão para ver o conteúdo integral deste ebook.

Que tal assinar um dos nossos planos?

VER TODOS OS PLANOS

Lei de Crimes Hediondos



www.trilhante.com.br

